



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRESIDENTE: ELI CORRÊA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 27-06-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Bom dia a todos. Vamos dar início aos nossos trabalhos da audiência pública semipresencial.

Estão abertos os trabalhos da segunda audiência pública semipresencial da Comissão Extraordinária do Idoso e de Assistência Social. Informo que essa reunião está sendo transmitida através do *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no *link* Auditórios On-Line, pelo canal da TV Câmara SP e no YouTube. A pauta de hoje é sobre o CadÚnico, para tratar da questão do cadastro das pessoas.

Estão convidadas a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, na pessoa do Sr. Secretário Carlos Bezerra Júnior; a Myriam Pinheiro, da Promotoria da Justiça de Direitos Humanos da capital; Darlene Terzi dos Anjos.

Agradecemos a participação de todos. Declaro iniciada a audiência pública.

Queria convidar para participar da Mesa a Sra. Juliana Oliveira, Coordenadora de Promoção Social, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. (Pausa) Ainda não está presente; a Promotoria de Justiça de Direitos Humanos da capital. (Pausa) Ainda não está presente. Darlene Terzi dos Anjos, do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo, do Comas. (Pausa); Márcia Perrone, pedagoga social e servidora pública aposentada da Assistência Social. (Pausa) Ainda não está presente. E Luiz Fernando Francisquini, da Coordenadoria da gestão de benefícios da Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social. (Pausa) Ainda não está presente.

Depois, nós vamos abrir para as falas e as pessoas podem se pronunciar. Convido a Sra. Maria do Carmo para compor a Mesa. Sei que você tem uma comunicação muito importante para nós.

O Cadastro Único é um programa do Governo Federal, que tem, como finalidade, identificar públicos vulneráveis e prioritários, para realização de políticas públicas. Além disso, permite ao cidadão o acesso a programas sociais já existentes. As informações coletadas têm validade de dois anos, sendo necessária sua atualização ou revalidação após esse período.

Então, é muito importante o Cadastro Único, porque é senha para a pessoa acessar os direitos que ela tem: os diversos direitos sociais que ela possui: Bolsa Família, Vale Gás, moradia popular. Então, para todos os programas sociais, a pessoa precisa ter o CadÚnico.

Contudo, os Centros de Referência da Assistência Social, conhecido como CRAS, possuem imensas filas para cadastramento no CadÚnico, chegando ao ponto de haver indisponibilidade de datas, o que impede o acesso aos auxílios ou o bloqueio do benefício já existente – porque o CadÚnico tem validade de dois anos e precisa ser renovado. Se a pessoa não consegue renovar, pode perder o CadÚnico.

A taxa de atualização cadastral do município de São Paulo é significativamente menor do que a média nacional. Atualmente, a taxa de atualização cadastral de São Paulo é de 53%, enquanto a média nacional é de 69%. Então, nós temos 46% da população que tem o direito de se cadastrar no CadÚnico fora dele. Nós precisaríamos dinamizar o cadastramento dessas famílias para que elas possam acessar os direitos que elas têm.

Importante ressaltar que as dificuldades de cadastramento no CRAS são inaceitáveis, em um momento em que cresce a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua, atingindo elevados índices no município de São Paulo de pessoas passando fome, desempregadas e sem assistência.

O Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais calcula que somente 82% das pessoas em situação de rua da capital paulista estão registradas no CadÚnico.

Por isso, cabe à Prefeitura investir na Assistência Social e garantir à população o acesso ao CadÚnico. Ademais, é essencial que se faça uma busca ativa pelos cidadãos que precisam dos benefícios por meio de mutirões – e não somente esperar que eles procurem o Poder Público.

Nós temos passado por essa experiência e temos estimulado as Assistentes Sociais a irem onde as pessoas estão. Às vezes, as pessoas estão em uma situação tal que sequer têm forças para buscar o cadastramento. Então, ele precisa dinamizar essa busca ativa.

Pois bem.

Vamos passar a palavra para as pessoas da Mesa. Podemos iniciar com a Darlene Terzi, do Comas, Conselho Municipal da Assistência Social.

A SRA. DARLENE TERZI DOS ANJOS – Bom dia.

Eu sou Darlene. Estou Conselheira do Comas São Paulo, mas não estou representando o Comas. Estou como militante e trabalhadora da assistência há mais de 30 anos. Estou na assistência desde 85. Então, já tem um tempinho.

No Conselho, Comas, não tem uma discussão com relação a isso, que é muito importante. Inclusive, eu queria solicitar ao nobre Vereador que o documento desta audiência – que deve ser encaminhado para o Ministério Público e para SMADS – fosse encaminhado, também, para o Comas, para que a gente pudesse pautar esse assunto, que é muito importante. Eu acho que o Conselho precisa se manifestar em relação a isso.

Acho que falar da importância do CadÚnico a gente nem precisaria. O CadÚnico é uma porta aberta não só para a assistência, mas para o Leve Leite na escola, por exemplo. A gente viu uma experiência na pandemia, por exemplo, a alimentação: a cesta básica que era da verba da educação; depois, o cartão para as crianças, para garantir a merenda escolar, foi distribuído para quem estava com o CadÚnico atualizado. Então, muitas crianças que estavam em situação mais vulnerável acabaram ficando também sem esse benefício, porque não tinham o CadÚnico atualizado.

E o que a gente vê hoje? Eu fiquei espantada com o dado de 53% das pessoas, porque 53% de atualização, em uma metrópole do tamanho de São Paulo, é muito pouco, principalmente, se a gente pensar que, nesse montante de atualização, também está incluído o BPC, que é uma questão bem complexa.

O não-acesso ao cadastro e à atualização é um problema seríssimo, porque a gente está aqui na Comissão do Idoso; as pessoas com deficiência e com mais idade têm um acesso muito mais dificultado. Nesse caso, é muito mais importante essa busca ativa que o Vereador coloca, de ir até essas pessoas. Hoje, o acesso a esse agendamento – porque tanto a

atualização quanto o cadastro inicial, tudo é no mesmo agendamento, tudo feito por agenda o acesso da população. Se a gente levar em conta as franjas da capital, onde a gente tem as pessoas com maior vulnerabilidade, para agendar pelo 156, você precisa ter uma linha telefônica, porque é pelo telefone. A maior parte das pessoas não têm isso. Para você agendar pelo *site* ou pelo Descomplica, precisa ter uma internet que funcione; as franjas da capital não têm.

Além disso, é muito complexo esse agendamento. O 156, por exemplo, funciona mais ou menos como aquela coisa quando a gente liga para o setor de consumidor nas lojas: “disque o número tal para não sei o quê; disque o número tal para não sei o quê” – quer dizer, é muito complexo para as pessoas. Tanto é complexo que os CRASs, hoje, por iniciativa própria, estão fazendo o que eles chamam de agenda de encaixe, para poderem atender a população que está na porta e que precisa de atendimento.

Outra questão: temos oito unidades do Descomplica no município do tamanho de São Paulo e que a gente não sabe – e estou dizendo enquanto Conselho, nós não ficamos sabendo – como foi feita a avaliação para se implantar os Descomplicas. Foi usada a demanda da região? Como foi feito esse estudo para saber quais são os locais que precisam do Descomplica?

E um segundo complicador: os cadastradores, a gente teve problemas. Eles são terceirizados. Existe uma rotatividade muito grande. O treinamento não é feito da maneira adequada. E o que acaba acontecendo é que essas pessoas que vão... por exemplo: conseguem uma agenda no Descomplica, não conseguem as informações da maneira que precisam e são encaminhadas para o CRAS para terem essas informações. Os CRASs que estão aqui, eu tenho que reforçar que estamos questionando no Comas, porque hoje os CRASs, CREAs, os Centros POP em São Paulo, nenhum tem equipe-referência completa, nenhum. Então os atendimentos estão muito, muito prejudicados. De verdade, só para encerrar, acho que a gente precisaria ter um facilitador para as pessoas.

Posso citar um exemplo de um município próximo, Praia Grande. Em Praia Grande, as pessoas agendam por WhatsApp. Existe um aplicativo em que a pessoa agenda no CRAS,

porque é lá que ele precisa ter o seu atendimento. Hoje isso seria mais fácil para a maior parte da população de São Paulo, para todas as periferias. O acesso ao WhatsApp, até a tecnologia do WhatsApp para quem tem mais idade, as tecnologias são mais difíceis para a gente entender, e eu me incluo, eu também tenho dificuldade com essas novas tecnologias, mas o WhatsApp é uma tecnologia que a gente consegue dominar, é muito fácil. E se Praia Grande consegue fazer isso, por que em São Paulo a gente não consegue?

Acho que é isso, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Darlene.

Quero anunciar que está conectada conosco a Sra. Suzana de Rosa, da Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa. Depois, abro a palavra para ela.

Está presente também o Vereador Gilson Barreto. Já queria aproveitar e ver se ele quer dar uma palavra para esta Comissão. (Pausa) Ele já saiu? Se voltar, ele nos dá uma palavra.

Então, passo a palavra para a Monica, que é advogada. Por favor, Monica, você tem sete minutos.

A SRA. MONICA MATSUO – Primeiramente, queria agradecer ao Vereador a oportunidade de falar. Sou advogada previdenciária, trabalho também com Direito Assistencial e faço parte da Comissão de Direito, OAB da Lapa.

Falar sobre Assistência Social é sempre muito gratificante, mas com relação ao CRAS, hoje a população idosa e também a população de deficientes, conforme a Darlene falou, há um problema a ser enfrentado quando falamos de Assistência Social, quanto ao benefício assistencial, que é o BPC/LOAS, um benefício garantido constitucionalmente para o idoso e para a pessoa deficiente, e está justamente ligado ao preenchimento do CRAS.

Mais de 90% dos benefícios que são indeferidos pelo INSS dizem respeito justamente em relação a renda per capita, que é preenchida no momento em que esse idoso ou a pessoa deficiente vai fazer a ficha no CRAS. Então, hoje, o maior obstáculo para que a população tenha acesso à concessão do benefício assistencial é justamente o preenchimento dessa ficha e, por isso, ela é tão importante. E os obstáculos começam, conforme a Darlene

falou, principalmente no acesso. Temos filas de três meses em muitos CRAS para o primeiro atendimento e, sem essa ficha, é impossível acessar o benefício assistencial. Quando você vai lá no portal do Meu INSS, no GOV, para tentar fazer a solicitação do BPC, a primeira coisa que pedem é o preenchimento do CRAS, o protocolo de preenchimento do CRAS e se você não tem a ficha do CRAS, não consegue acessar o benefício. Esse é o primeiro obstáculo.

Conforme a Darlene também falou, há a questão da acessibilidade ao Meu INSS. A Maria do Carmo vai falar sobre a questão do idoso e a Darlene também já falou. Mas vamos pensar na hipótese de um idoso, que não tem acesso à internet: quem pode dar a ele condições de ir ao portal Meu INSS? Há, então, vários obstáculos que têm que ser analisados de uma forma humanizada.

Então, é um idoso que não tem condição, que não tem possibilidade de acessar o sistema Meu INSS. No momento anterior à pandemia, esse idoso ia até as agências do INSS solicitar o BPC. No momento atual, se for até o INSS, ele não consegue. A informação que vai ter na porta do INSS é que ele tem que acessar o sistema, e temos vários obstáculos para que essa pessoa consiga. E quando vai ao CRAS e consegue preencher, hoje o que acontece é que o pessoal do CRAS é terceirizado. A própria instrução normativa do INSS – porque apesar de ser benefício assistencial é gerido pela Previdência – o maior obstáculo é preencher corretamente as informações em conformidade com a instrução normativa que saiu em 2021, a instrução normativa 128. Nessa instrução normativa, há vários requisitos que tem que ser preenchidos para que esse benefício seja concedido. Será que todos esses requisitos, no momento em que o idoso, no momento em que o deficiente vai ao CRAS fazer esse primeiro cadastro, ele está sendo observado por esse pessoal? Infelizmente, é muito técnico, a instrução normativa é muito técnica para nós, que somos advogados, que estamos no dia a dia vendo essa evolução legislativa, já é difícil acompanhar.

Hoje, a evolução é muito rápida: o que ontem valia na instrução 177, hoje não vale na 128. E como é que o idoso, que o pessoal do CRAS que não tem conhecimento jurídico técnico vai conseguir fazer o preenchimento correto para o idoso que vai buscar o BPC/LOAS?

O CRAS tem que estar alinhado com o pessoal da Assistência e Previdência para fazer esse preenchimento. Seria interessante que fossem feitos mutirões de treinamento para que esse pessoal estivesse realmente capacitado para atender aos idosos, para preencher a ficha do CRAS de maneira correta, para que possa conseguir, quando for à Previdência, à Assistência, quando for ao INSS ter essa ficha preenchida de forma correta para que aquele benefício seja analisado.

Estamos falando do INSS e já sabemos que o normal do INSS, mesmo quando todos os documentos estão lá, mesmo quando o CRAS está preenchido corretamente, muitas vezes o normal é indeferir. O questionamento é: como isso acontece? Isso nós não sabemos, aí já é outra problemática que tem que ser analisada. Mas na questão da Assistência Social, principalmente no CRAS, além da demora, além da fila para o pessoal ter acesso para fazer essa ficha, temos também a dificuldade de preencher corretamente essa ficha para que a Assistência Social realmente funcione.

Quanto a questão dos dois anos, o que acontece muito, na prática, é quando concedido via administrativa ou via judicial esse benefício assistencial para o idoso ou para a pessoa deficiente, se ele não mantém o CRAS atualizado, o INSS cessa o benefício, o benefício é cortado por não estar cadastrada a ficha do CRAS. Só que aí eu escuto muito: “ninguém nunca falou que eu tinha que renovar o CRAS depois de dois anos. E se tenho de renovar, como eu faço, é presencial, é pelo *site*? Como faço isso? Aonde eu vou para que seja atualizado? Quais são os documentos que preciso levar para que seja atualizado?”. Então a problemática desencadeia grande dificuldade na Assistência Social aos hipossuficientes, às pessoas que realmente precisam da Assistência Social para terem concedido o seu benefício previdenciário.

Acho muito importante a iniciativa do Vereador Manoel Del Rio porque hoje realmente essa população está totalmente desassistida em relação ao preenchimento do CRAS.

Muito obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Muito obrigado, Monica Matsuo, da OAB da Lapa.

A Sra. Suzana de Rosa, que está conectada com a gente, aguardará a Mesa se pronunciar, e eu tenho também alguns questionamentos.

Maria do Carmo, você poderia trazer para nós uma boa-nova?

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO – Eu sou Conselheira do Conselho Municipal do Idoso de São Paulo, mas não estou vindo em nome do Conselho; eu estou vindo como militante que sou pelos direitos da pessoa idosa; porque sou também Socióloga e pesquisadora da economia de envelhecimento.

Vereador, muito obrigada pelo convite, pela sua excelente atitude de criar esta audiência pública de uma das questões mais gravosas de um tema do qual eu vou falar. Nós estamos no mês de conscientização da violência contra a pessoa idosa e existem várias formas de violência, entre elas a violência física, a psicológica, a patrimonial, etc.

Como pesquisadora e como socióloga, eu considero uma das piores, uma das mais perversas, a violência do Estado contra a pessoa idosa. Um dos casos dessa violência é o acesso ao CadÚnico, ao direito que todo brasileiro e toda brasileira tem à seguridade social, de acordo com a Constituição.

A seguridade social é um direito de todos. Então, está sendo negado pelo Estado a nós, brasileiros, idosos principalmente, esse direito de ter a seguridade social; ou, no mínimo, um LOAS, que já dá para comprar um botijão de gás, uma cesta básica e olhe lá. Mas nem isso.

Por isso, a violência praticada pelo Estado é das mais perversas. Eu nem preciso repetir tudo o que foi dito pela Conselheira do Comas, a Monica, porque eu sempre escrevo nos meus escritos o seguinte: “O gargalo do INSS da seguridade social é perverso, é cruel”. Então, a Monica explicou muito bem isso.

E quando a gente está militando, trabalhando em causas sociais, como a companheira Romilda, do Conselho Municipal da Pessoa Idosa; o companheiro Índio, o Nilton também. Estou nominando esses companheiros, porque eles são líderes de coordenadores de grupos de idosos que têm tido dificuldade em acessar o CadÚnico. Então, são direitos adquiridos da pessoa idosa, mas o Estado está praticando violência e não está permitindo que eles tenham

acesso.

Vou fazer uma propaganda do nosso Ministério de Desenvolvimento Social, consciente de que esse gargalo do CadÚnico precisa ser eliminado. O Ministério do Desenvolvimento Social promulgou uma portaria que vai, através do Conselho Nacional de Assistência Social, liberar recursos para o desenvolvimento e a implantação efetiva dessa política importante, que é a política do CadÚnico.

Esses recursos já foram repassados, inclusive depois eu vou fazer uma cobrança, eu não sei se está aqui algum representante de SMADS.

Para que o Ministério está disponibilizando esse recurso e é uma preocupação do Ministério, desde o momento em que o Ministro assumiu? Porque o CadÚnico é a porta de entrada para a aplicação, a formulação e o controle social das políticas sociais.

Então, para que se qualificar e fortalecer o Cadastro Único, como tecnologia social de identificação de famílias em situação de vulnerabilidade, a partir da correção das distorções na sua base de dados, criando oportunidade para acesso a serviços, benefícios e programas sociais a pessoas que necessitam da Assistência Social e outras políticas públicas, mas que ainda estão fora do Cadastro Único ou estão com dados desatualizados?

Então, eu comunico que essa portaria é a de nº 871, de 29 de março de 2023. E, na sequência, por meio do CECAD 2.0, já foram repassados recursos no valor de 3,6 milhões de reais. Já foram repassados para o município de São Paulo.

Então, eu questiono à Secretaria, questiono como militante e como cidadã. Qual é o plano de utilização desse recurso para o município de São Paulo? Então, nós estamos com a disposição de fazer controle social. Estamos com a disposição inclusive de trabalhar como militante, com a Secretaria, para implantar esse recurso. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – O.K. Muito obrigado.

As pessoas que nós convidamos, da Secretaria da Assistência, não compareceram.

Tem a palavra a Sra. Suzana de Rosa.

A SRA. SUZANA DE ROSA – Eu não sou coordenadora. O coordenador de Políticas

para Pessoa Idosa é o Renato Cintra. Eu estou como ouvinte hoje, assistindo à sessão.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Mas você está representando a Secretaria?

A SRA. SUZANA DE ROSA – Represento a Secretaria Municipal de Direitos e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – O.K. Então, eu vou formular as perguntas que a gente tem em relação aos questionamentos. Talvez podemos ouvir algumas pessoas e depois você fala no fim. É isso?

A SRA. SUZANA DE ROSA – Eu não tenho hoje nada para falar. Vereador. Eu estou ouvindo. Eu posso passar a demanda e, em uma próxima reunião, retornar, até porque eu estou extremamente gripada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Está bom.

Nós vamos fazer um relato desta reunião e depois nós vamos encaminhar requerimentos para a Secretaria e para o Presidente da Câmara.

A SRA. SUZANA DE ROSA – O.K. Pode encaminhar para a nossa coordenação, que nós responderemos.

Só estou como ouvinte.

Muita obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado.

Qual é o questionamento que nós temos? Nós formulamos algumas questões. Eu vou ler e depois vou abrir para as pessoas falarem.

Qual é o número de pessoas na fila atualmente esperando para realizarem seu Cadastro Único? É uma informação que nós queremos da Secretaria.

Qual é o número e porcentagens atuais de cadastros desatualizados?

Quais as ações a SMADS está tomando para agilizar o cadastramento e diminuir as filas para agendamento no CRAS e no Descomplica São Paulo Digital?

O último mutirão realizado pela Prefeitura ocorreu em janeiro deste ano. Há previsão para a realização de outros?

Quais os critérios de ordem do agendamento do portal do Descomplica São Paulo?

Foi finalizada a licitação para a contratação de novos entrevistadores? Em caso negativo, qual é a previsão para finalização e contratação?

A SMADS realiza busca ativa por meio de dados de outros órgãos visando encontrar famílias que se enquadram nos programas sociais, mas não estão recebendo o benefício?

O Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais calcula que somente 82,42% das pessoas em situação de rua da capital paulista estão registradas no CadÚnico. Quais as medidas tomadas pela SMADS para o aumento de pessoas em situação de rua registradas no CadÚnico?

Então, essas são as questões que a gente está formulando e que gostaria que a representação do Governo e da Secretaria pudessem responder, mas como não tem ninguém presente, nós vamos encaminhar, por escrito, depois do nosso requerimento.

Agora, nós poderíamos passar ouvir as pessoas que estão aqui – quem quiser falar. Lembrando só que nós estamos com uma urgência porque vocês sabem que, ontem, marcaram sessão na Câmara, às 11 horas, mas todo mundo que quiser falar nós vamos deixar falar. Só que nós vamos agilizar por causa dessa emergência, porque eu tenho que ir para sessão na Câmara.

Tem uma pessoa *on-line*. Vamos ouvir ela, se não vai acontecer que nem o Vereador Gilson Barreto que não pode ficar, ele estava dentro de um carro; também, o Vereador Eli Corrêa está *on-line*. Então, vamos deixar o Vereador Eli Corrêa fazer a sua saudação e passar a sua mensagem para nós. Depois, eu passo para Leandro Ferreira, inscrito *on-line*.

O SR. ELI CORRÊA – Bom dia, Vereador Manoel Del Rio.

Parabéns pela iniciativa de convocar esta audiência. Quero cumprimentá-lo. Aliás, ainda ontem, o senhor teve um posicionamento dos mais elogiáveis no PDL. Creio que o senhor na Comissão dos Idosos – creio, não – tenho absoluta certeza de que o senhor tem feito tudo o possível para que os idosos sejam muito bem representados, valorizados, e, principalmente, defendidos em seus direitos.

Vereador, estou acompanhando. Por favor, devido ao tempo estar muito reduzido, muito escasso, eu quero que o senhor continue esta audiência. Parabéns pelo trabalho que o senhor está fazendo diante da nossa Comissão Extraordinária do Idoso, Vereador Manoel Del Rio.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Vereador Eli Corrêa.

Vamos ouvir o Leandro Ferreira, que está *on-line*.

O SR. LEANDRO FERREIRA – Bom dia, pessoal; especialmente, à Cacá, minha companheira de muitas militâncias.

Agradeço o Manoel por me disponibilizar a fala. Tentei chegar à Câmara, mas não deu tempo. Então, que bom que temos esse mecanismo *on-line*. Ele nem sempre funciona. Por isso, na linha do que colocou a Cacá e do vocês têm formulado como questionamento, é importante a gente levar em conta algo que nós da Rede Brasileira de Renda Básica temos acompanhado que é a dificuldade de interação do público do Cadastro Único com os aplicativos. Os aplicativos nem sempre produzem o resultado que seria o ideal para os usuários do Sistema Único de Assistência Social. E a mediação por aplicativo precisa ser superada, inclusive porque há recursos, como do PROCAD-SUAS, para os municípios realizarem suas ações. Nós somos parte do Conselho Nacional de Assistência Social, estivemos nas discussões do PROCAD-SUAS e fazemos questão de exercer o controle social para que ele funcione efetivamente.

Agora, o que é preciso entender, Vereador Manoel Del Rio, é que os idosos estão para os municípios, inclusive para o município de São Paulo, como vetores econômicos importantíssimos. A gente já viu dezenas de notícias de cidades que têm mais aposentados do que pessoas com carteira registrada. O principal motor da economia desses municípios são as aposentadorias, são os benefícios sociais, a aposentadoria rural, o BPC e o próprio Bolsa Família. Assim temos que entender o idoso não como alguém passivo, que deve ser detentor de alguns direitos porque já exerceu seu papel, mas como um dos principais agentes do motor econômico da nossa cidade.

Cada benefício de prestação continuada ou Bolsa Família que é cancelado na cidade

de São Paulo, é uma perda para todos os paulistanos. Nós não podemos admitir que pela falta de ação da SMADS – e hoje de qualquer órgão da administração pública em qualquer nível – que a gente perca recursos que, por meio dos idosos, beneficiaram a todos da nossa cidade. É importante que a gente tenha atividade econômica. Muitas dessas pessoas... (Falha na transmissão) ... familiares, e a gente precisa exercer sempre que possível com mecanismos para garantir direitos a essas pessoas.

Agora, nós batalhamos e queremos continuar batalhando e, para isso, peço ajuda de todos os participantes dessa audiência para que o BPC, em especial, seja excluído do cálculo de renda para elegibilidade para o Bolsa Família. Ninguém recebe o BPC e deixa de ser pobre, o BPC é para atender uma condição específica das pessoas, seja no caso dos deficientes, seja no caso do idoso que se encontra em uma situação de baixa renda. Essa batalha agora vai se dar junto ao Governo Federal por meio das regulamentações do Bolsa Família e do Cadastro Único. E é muito importante a gente se preparar para que as pessoas que recebem o BPC não sejam obrigadas a sustentar o conjunto de pessoas que deveriam, na verdade, estar recebendo outro direito, que é o programa Bolsa Família, e isso pode ser muito bem identificado por meio dos dados do Cadastro Único do município de São Paulo.

Então agradeço a oportunidade de participar, deixo o meu abraço e espero vê-los pessoalmente, em breve.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Muito obrigado pela sua contribuição.

Agora o companheiro Hilton, por favor.

O SR. HILTON ANTONIO ALVES PEREIRA – Meu nome é Hilton Antonio, conhecido como Índio. Eu entrego leite para 228 idosos.

Tem muito idoso que está perdendo o leite porque não está conseguindo fazer o Cadastro. Inclusive, teve uma reunião do Descomplica no Butantã, e o que eles propuseram para nós da comunidade no Distrito Raposo Tavares? Que iam fazer o Cadastro em cada unidade. Agendava e ficava três dias comigo, três dias com fulano, três dias com fulano para fazer o Cadastro Único. Só que eles fazem o Cadastro Único, mas não vem embaixo o número do NIS.

Aí, você tem que ir lá na *lan house* imprimir, para sair o número do NIS.

Outra coisa, a Secretaria do Desenvolvimento Social. Se o direito não está atualizado, automaticamente, ele vai perder o leite. Ele vai perder o leite porque não está atualizado. Como nós não conseguimos as associações que entregam leite, estamos tentando ajudar os idosos, porque tem idoso que não sabe ler, tem idoso que não sabe escrever, tem idoso que é aposentado, mas nem receber a aposentadoria dele, ele vai. Quem vai é filho, é filha... Então, é isso que acontece.

Tive a honra de levar marido lá na reunião para passar. Levei idoso para passar tudo ali. O que está naquele “caderno do idoso” não está sendo cumprido. Está ali, mas não está sendo cumprido o que está ali dentro.

Tenho meu amigo Nilton, da Vila Sônia, que também representa os idosos da Vila Sônia; a Jaqueline. Peço que ajudem os idosos. Estou falando pelo distrito Raposo, porque eu represento os idosos do distrito de Raposo Tavares.

Agradeço a oportunidade que me deram. Eu precisava falar.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Muito obrigado.

Alguém mais quer falar alguma coisa? Zeza, do MDF.

A SRA. JOSEFA VIEIRA DOS SANTOS (ZEZA) – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Zeza, sou representante do MDF, Movimento de Defesa das Favelas.

Venho agradecer a audiência promovida pelo Vereador Manoel Del Rio sobre o CadÚnico e agradecer a essas senhoras batalhadoras que estão aqui não representando o seu movimento, mas a causa da assistência, porque está muito precária mesmo.

Sou de São Mateus e lá eu já levei um monte de pessoas idosas e pessoas de baixa renda para fazer o cadastro e nós não conseguimos. O motivo: a burocracia. Então, estou muito feliz de ouvir o que os cidadãos e cidadãs da Mesa falaram. Eu fui muito contemplada nessa luta e estamos juntos na mesma causa: desburocratizar o CadÚnico.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Zeza.

Agora, Diego.

O SR. DIEGO – Bom dia.

Sou Diego. Agradeço ao Vereador Manoel Del Rio por estar correndo atrás dessa questão do CadÚnico. Realmente existe muita dificuldade quanto a isso.

A gente faz um trabalho em Sapopemba, lá a população é de 300 mil pessoas e só há um CRAS, quando deveriam ter quatro. Então, existe uma questão de não somente desburocratizar, mas também tem que ter o atendimento porque lá tem cinco credenciadores. Como que cinco credenciadores credenciam a população? Então, é pouca gente para fazer muita coisa. Então, acho que isso é importante também fazer um levantamento dos CRAS da região e colocar mais credenciadores. Acho que isso é importante.

Temos um trabalho lá com 53 idosos, fora as famílias que vão se cadastrar. Então, todo mundo procura a gente para tentar marcar, mas a dificuldade é muito grande.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Diego.

Márcio.

O SR. MÁRCIO – Sou aluno de um curso de especialização em inovação de uma universidade pública daqui de São Paulo, estou tendo oportunidade, aliás, mas estou mais como cidadão do que aluno de qualquer instituição.

O que foi falado é importante, audiência pública, mas me parece... Inclusive, a senhora tocou num assunto interessante. A tecnologia realmente é difícil para nós. Eu, que já passei dos 40, também sinto as dificuldades e olha que eu sou aluno de curso de inovação.

Segundo, parece que a gente tem que criar um “descomplica INSS”, porque os órgãos locais, as prefeituras... Aliás, não estou aqui para defender ninguém, porque não sou funcionário público. Os órgãos locais, prefeitura, assistência social, fazem a parte deles. Eu reconheço, porque vou em certos lugares e sou bem atendido e tal. Mas também lembrando do que colocou o colega ali, realmente talvez falem mais órgãos. A distância também. Tem um CRAS aqui, o mais próximo me parece que é Tatuapé. Quer dizer, fica a pergunta.

E aí, você tem o mais difícil: é perceber que o INSS também está mais preocupado em trabalhar virtualmente, tudo *on-line*, tudo no 156. Nem sei o número. Olha só como eu estou atualizado. Então, é tudo virtual. A gente precisa analisar isso também, porque a gente não pode virtualizar o serviço público federal.

Eu falo isso porque estive em um órgão federal ontem, até para entrar já é difícil. Passei por duas... Não estou dizendo nem em questão de segurança – segurança, eu posso passar, eu passo em qualquer lugar. Mas a questão é a dificuldade. Você entra: “o que você vai fazer?”, “aonde você vai?”. A gente está perdendo e o Estado – como bem falou a pesquisadora, a professora – o Estado brasileiro está perdendo a noção do direito de acessar o serviço público.

A gente sobe... Eu, por exemplo, fui num órgão federal, tive que subir... Aliás, entrar, aí vem a questão que a senhora colocou, da terceirização. O cidadão, o segurança passa o crachá. Aí, eu pergunto por onde que eu vou – eu que tenho que perguntar. Aí, ele passa o crachá, eu subo no segundo andar para ser atendido – uma informação que poderia ser dada no primeiro andar, eu acho, mas eu tenho que subir até o segundo. Órgão federal. Aí você, tudo bem, é atendido e aí você retorna, eu retorno: eu tenho que passar de novo pela catraca, ele tem que liberar a catraca para eu sair, e aí ele demora um pouco para liberar a catraca, aí eu fico... Puxa, onde nós estamos? Então, o Estado brasileiro está perdendo.

Eu acho que, como a senhora bem lembrou, a doutora lembrou, nós temos a Constituição. Gente, vamos liberar as catracas dos órgãos públicos para acesso. Há câmera, há um monte de coisas. Por que tanto medo?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Muito obrigado.

A Darlene quer fazer uma observação?

A SRA. DARLENE TERZI DOS ANJOS – É rápido.

É em cima do que a Maria do Carmo colocou da questão da verba. Eu acho que era importante e é uma sugestão para a Comissão: acho que é lamentar a não presença da CGB, da Coordenadoria-Geral de Benefícios, porque talvez eles tivessem esses dados. Mas acho que

é importante, porque sistematicamente, dentro do Conselho, a gente tem reprogramado verba federal porque não consegue gastar. Isso é sistemático.

Então, acho que era importante. Uma sugestão para a Comissão: para que vocês peçam essas informações para a Comissão de Finanças e Orçamento do Comas e para a Comissão do Bolsa Família, o quanto de verba está sendo reprogramado porque não está sendo gasto, exatamente porque as pessoas não conseguem acessar e a gente não consegue que as pessoas recebam.

Essa verba não chega à população; a verba federal vem, mas o benefício não chega à população por causa dessa burocracia. Acho que era importante a Comissão ter esse dado para cobrar isso também.

Só isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Depois, eu vou abrir para vocês concluírem, mas eu só queria... Como nós vamos fazer uma espécie de um requerimento e abordar as questões colocadas aqui, essas questões que estão no papel, eu queria só acrescentar uma coisa.

Uma, que eu ouvi em uma pergunta, fala da contratação de pessoas, de aumentar o número de pessoas para fazer as inscrições. Eu acho justo isso, aumentar o número de pessoas, mas precisava abrir concurso público, precisava contratar profissionais da assistência, ampliar os CRAS.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – É, porque a assistência social, o serviço público é um acúmulo de experiências e de empatia, de ligação com a população necessitada, então precisa de profissionais, precisa de pessoas com alguma segurança. As pessoas contratadas assim provisoriamente estão de passagem; são trabalhadores importantes, mas estão de passagem. Então era importante ampliar os CRAS com pessoas contratadas.

Eu acho que o mapa já foi apresentado, tem gente que não está, mas eu sei que em todas as regiões tem o problema do cadastramento no CadÚnico, todas as regiões. E aí, a

estatística está revelando: 46% ou 47% estão fora do CadÚnico. Isso é uma situação dramática para nós, para a cidade, porque as pessoas têm o direito, o direito não está chegando, só por falta do CadÚnico. Então, a gente quer fazer uma solicitação, um apelo para um investimento rápido, para que o CadÚnico consiga avançar.

E aí, eu queria apontar se realmente esse negócio da internet... Hoje, é evidente que a sugestão é que se use tudo que é possível, que se use o 156, que se use o “zap”, que se use o Facebook, que se use o Instagram, que se use tudo, mas para essa população é necessária a busca ativa.

Veja bem, eu visitei, nesta semana, uma comunidade na zona Norte e andei por dentro lá. Aí, você vê gente no seu barraco totalmente prostrada ali. Aquela pessoa vai ter iniciativa de sair, “vou lá no CRAS, vou entrar no 156, vou passar um “zap”? Gente, quem trabalha com a população pobre sabe: ele precisa da busca ativa. Além de funcionar muito bem no CRAS, nas estruturas do CRAS, ele tem que ter a busca ativa. Eu acho que tinha que ter quase como um agente de saúde nos bairros; semelhante a um agente de saúde, mas poderia ter uma assistente social fazendo busca ativa, fazendo parceria com as associações, com a população organizada, que nem o senhor aí, que tem lá 300 idosos, teria que ter um vínculo do poder público com a sua associação, falar: “Sr. Ilton, o que está precisando? Vou passar lá três dias, cinco dias para atualizar o CRAS e todo mundo”.

Hoje, eu estive em Brasília, fui no Ministério da Assistência Social, nós estamos aguardando realmente essas medidas, porque eu falei lá em Brasília o quê? “Eu quero levar as coisas boas de Brasília para São Paulo”. Até vou cobrar deles que eles não me informaram isso aí. Eu quero levar as coisas boas. Aí, o que eles falaram? Prioridade é o CadÚnico, prioridade do Governo Lula é o CadÚnico, as famílias que estão no CadÚnico, então é o Bolsa Família e a Prefeitura também tem que ter essa prioridade, e o Governo do Estado. Então, eu queria recomendar, além desses mecanismos já existentes, da estrutura do CRAS e tal, a busca ativa junto às organizações da população. Vocês vão fazer o registro disso para a gente encaminhar como sugestão.

Vocês me desculpem, mas eu estou apurado. Eu queria passar a palavra para elas fazerem uma saudação final e nós vamos para o encerramento. Mas lembrem-se de que está contemplada essa demanda de vocês da estruturação do CRAS, de investir para chegar se não a 100%, porque não existe nada perfeito, mas pelo menos a 90% de inscrição das pessoas no CRAS.

Maria do Carmo, por favor.

A SRA. MARIA DO CARMO GUIDO – Eu vou aproveitar o gancho da fala do companheiro ali e vou só relatar uma experiência interessante, pessoal. Eu interajo com o partido holandês, a Holanda tem um partido dos idosos, Vereador, poderoso; elege Vereador, elege Senador, elege Deputado; chama Partido 50+.

Eles fizeram uma pesquisa – aquele país rico, pequeno, sem problema –, fizeram uma pesquisa entre os idosos, que a gente fala muito em letramento digital. Eu nem vou falar em outras coisas absurdas. Fizeram uma pesquisa com os idosos, um grupo de idosos na Holanda, dizem que não querem saber de digital, não é da geração deles, sabe? Eles não querem, hoje é tudo digital... Aí, a pesquisadora: “Não, porque o banco, a viagem...”, “Nós não queremos digital, isso não é nosso”.

Eu sei que é impossível a gente voltar para o analógico, mas devia ter uma mesinha para os idosos ainda... Você vê, em um país rico como aquele. Devia ter uma mesinha para nós, não é? Ir lá e conversar – não com um robô – conversar com uma pessoa e resolver os problemas.

Gente, obrigada. Parabéns pelas falas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Monica, por favor.

A SRA. MONICA MATSUO – Só reforçando o que o Vereador realmente colocou à Mesa: a questão de ter pessoas qualificados para fazer esse CRAS. Um momento antes da pandemia a gente tinha, em alguns estados, o CRAS itinerante, que era justamente fazer esse trabalho de ir atrás da população. Hoje, bem menos, Maria do Carmo. Hoje falta pessoal para fazer o CRAS Itinerante e subir para os lugares mais inacessíveis atrás dessa população que

realmente tem direito constitucional garantido, mas não consegue acessar.

Muito obrigada pela oportunidade, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado.

Darlene quer concluir?

A SRA. DARLENE TERZI DOS ANJOS – Só parabenizar a Comissão pela iniciativa, acho que é muito importante, é um assunto muito sério e que realmente a gente precisa estar atenta. Acho muito importante que vocês encaminhem essas demandas para o Conselho, porque o Conselho precisa pautar essa discussão obrigatoriamente, trazer algumas sugestões para a população.

Obrigada pela oportunidade. Obrigada, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Muito obrigado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – A Miriam saiu?

Desculpem a correria, mas nós vamos fazer esse requerimento, depois vocês me passam e nós vamos encaminhar para o Comas, para o Secretário, para onde for de direito.

Agradecendo a participação de todos, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado. (Palmas)